



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI
EXERCÍCIO 2015**

I – INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao art. 3º, XI, da Resolução Administrativa nº 307/2013 e da Resolução CNJ nº 171/2013, submete-se, à apreciação da Presidência desta Corte, o Plano Anual de Auditoria referente ao exercício de 2015, cujo objetivo é tornar público o conjunto de ações que serão desenvolvidas pela Coordenadoria de Controle Interno, com o fim de cooperar com a Administração para a boa e regular gestão dos recursos públicos e a efetividade dos resultados na execução de programas e ações.

O Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI, referente ao exercício de 2015, tem por escopo a realização de auditorias nas áreas de Pessoal, Licitações e Contratos, Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

O objetivo principal do Plano Anual de Auditoria Interna é assegurar que as ações de auditorias planejadas auxiliem a Administração no alcance das metas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual e no Planejamento Estratégico do Tribunal Regional da 16ª Região para o exercício de 2015.

Outrossim, visa resguardar a exatidão, a confiabilidade e a regularidade das informações contábeis, financeiras, operacionais e patrimoniais do TRT 16ª Região.

Com efeito, pretende-se minimizar a ocorrência de falhas e a prática de atos antieconômicos mediante orientação, com vistas ao aperfeiçoamento dos procedimentos internos e de controle de cada unidade administrativa deste Regional, sob análise.

As ações de auditoria a serem desenvolvidas por esta Coordenadoria de Controle Interno observarão as diretrizes insertas no art. 70 da Constituição Federal e as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial aquelas voltadas ao setor público.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

II – LOCAIS ONDE SERÃO DESENVOLVIDOS OS TRABALHOS DE AUDITORIA

- a) Coordenadoria de Controle Interno; e
- b) Unidades Administrativas do TRT 16ª Região.

III - ÁREAS DE ATUAÇÃO E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

No exercício de 2015, está prevista a realização de auditorias de conformidade, de gestão e operacional, consoante classificação contida no art. 7º da Resolução nº 171 do Conselho Nacional de Justiça.

As auditorias mencionadas acima serão executadas de forma direta, pelos servidores em exercício na Coordenadoria de Controle Interno, observada a formação, a habilidade e a afinidade de cada servidor com o objeto da auditoria a ser executada.

Para auxiliar nos trabalhos de auditoria a Coordenadoria de Controle Interno poderá solicitar assistência de especialistas, na forma do art. 10, § 1º, da Resolução Administrativa nº 307/2013.

O detalhamento das áreas de atuação, bem como das ações a serem desenvolvidas estão apensadas a este plano.

IV – LIMITAÇÕES DE AUDITORIA

O processo de elaboração do Plano Anual de Auditoria 2015 considerou, dentre outras variáveis, as limitações existentes para o exercício efetivo das atribuições da Coordenadoria de Controle Interno.

Dentre as limitações levantadas, ganha destaque a carência de pessoal capacitado para o exercício de atividades típicas de auditoria e controle interno, visto que, anteriormente, tais atividades eram insipientes dentro do universo de funções exercidas e foram preteridas nas ações de treinamento.

Some-se, a inexistência de sistema próprio de auditoria ou sistema integrado de gestão que possibilite o cruzamento de informações de maneira rápida e confiável.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

Ressalte-se que a existência de tais limitações não inviabiliza o trabalho de auditoria ou a produção de achados consistentes. Contudo, o tempo necessário para a realização dos trabalhos será consideravelmente superior e seu alcance menor se comparados aos trabalhos executados em condições apropriadas.

V – AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Cumprindo a determinação constante na alínea “f” do item I do Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Decisão nº 0201047-40.2009.2.00.0000, elencamos alguns treinamentos específicos, já disponibilizados no mercado, para auxiliar a plena execução do Plano Anual de Auditoria – 2015.

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	SERVIDORES
Avaliação dos Controles Internos na Administração Pública – Meta 16 – CNJ.	20	Celson de Jesus Moreira Costa José Augusto C. Branco Filho José Eduardo Reis Machado
Auditoria Governamental	28	Celson de Jesus Moreira Costa José Augusto C. Branco Filho José Eduardo Reis Machado
Auditoria baseada na avaliação de riscos na administração pública.	20	Celson de Jesus Moreira Costa José Augusto C. Branco Filho José Eduardo Reis Machado
Auditoria de TI na Administração Pública	24	Celson de Jesus Moreira Costa José Augusto C. Branco Filho José Eduardo Reis Machado
Tomada e prestação de contas	20	Celson de Jesus Moreira Costa José Augusto C. Branco Filho José Eduardo Reis Machado

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da função de auditoria requer condições especiais de isenção e objetividade, pois aquele que audita deve-se abster de realizar atividades



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

próprias e típicas de gestão, tais como as elencadas na alínea “c” do item II do Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Decisão nº 0201047-40.2009.2.00.0000.

Assim, a Coordenadoria de Controle Interno deve exercer uma atividade de avaliação independente, com foco na constatação da adequação e efetividade dos sistemas de controle, bem como a qualidade da atuação dos diversos setores do Regional e sua contribuição para concretização dos planos, objetivos e metas estabelecidos.

Outrossim, a Coordenadoria de Controle Interno está inserida dentro da estrutura organizacional do TRT 16ª Região e como tal, deve, também, atuar de forma a contribuir para o alcance dos objetivos pretendidos pela Administração.

Dentro dessa perspectiva, o Plano Anual de Auditoria 2015 foi pensado e estruturado de forma a atender às demandas da Administração e as necessidades de informações dos diversos órgãos de controle que atuam em conjunto com esta unidade, tais como: Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Ressalte-se, que a característica principal do presente plano é a flexibilidade, haja vista a possibilidade de a Administração incluir, a qualquer tempo, outras auditorias que julgar necessárias e relevantes para o bom e regular desenvolvimento da gestão administrativa, orçamentária e financeira do Tribunal.

Por conseguinte a programação estabelecida poderá sofrer alterações em decorrência da necessidade de adequação dos trabalhos de equipe de auditoria ou adequação às necessidades da Administração e desta Coordenadoria de Controle Interno.

Por fim, acrescente-se que as áreas de auditorias selecionadas para análise foram feitas com base no critério de materialidade e relevância da matéria examinada.

São Luís, 30 de outubro de 2014.

Celson de Jesus Moreira Costa
Coordenador de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

ANEXOS

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA (Lei 11.419/2006)
EM 04/11/2014 09:19:08 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: CA00BAF3C2.CE72504B6C.AE72694705.1047C243E3



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO



PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA
EXERCÍCIO 2015

I - AÇÕES DE CONTROLE DE RECURSOS HUMANOS

Nº	AÇÃO	OBJETIVOS	ESCOPO	PROGRAMAÇÃO		SERVIDOR RESPONSÁVEL
				INÍCIO	FINAL	
01	Examinar os Atos de Concessão e Alteração de Aposentadoria e Pensão Civil – SISAC.	Avaliar a legalidade dos atos de concessão e alteração de aposentadorias e pensão civil; Verificar a conformidade do cadastramento dos atos no SISAC de acordo com a norma do TCU.	Processos de aposentadorias e pensão cadastrados no SISAC em 2015.	01/01/15	31/12/15	AUGUSTO
02	Examinar os Atos de Admissão de Pessoal Oriundos de Ingresso por Concurso Público – SISAC.	Avaliar a legalidade dos atos de admissão de pessoal oriundos de concurso público; Verificar a conformidade do cadastramento do ato no SISAC de acordo com a norma do TCU.	Processos de admissão cadastrados no SISAC em 2015.	01/01/15	31/12/15	AUGUSTO
03	Auditar a Folha de Pagamento de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas.	Avaliar a composição da remuneração paga a magistrados e servidores.	Analisar 20% dos lançamentos das folhas de pagamento mensais do exercício de 2015.	01/01/15	31/12/15	AUGUSTO
04	Auditar as concessões de abono de permanência.	Verificar a legalidade de concessão e pagamento de abono de permanência a magistrados e servidores.	Magistrados e servidores que receberam abono de permanência ao longo do exercício de 2014.	07/01/15	13/02/15	AUGUSTO
05	Auditar as concessões e pagamento de adicional de insalubridade	Verificar a legalidade de concessão e pagamento de adicional de insalubridade a servidores.	Servidores que receberam adicional de insalubridade ao longo de 2014.	19/02/15	13/03/15	AUGUSTO



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA
EXERCÍCIO 2015**

06	Auditar os limites máximos de consignações facultativas.	Verificar se estão sendo observados os limites máximos de consignação facultativa em folha de pagamento.	Folhas de Pagamentos dos primeiros quatro meses de 2015.	22/04/15	15/05/15	AUGUSTO
07	Auditar a Entrega das Declarações de Bens e Rendas ou Autorização de Acesso de Magistrados e Servidores.	Avaliar a assunção de passivos pelo TRT sem previsão de créditos ou recursos.	Magistrados e servidores obrigados a entregar a declaração de bens e rendas no exercício 2014.	18/05/15	05/06/15	AUGUSTO
08	Auditar a cessão de servidores.	Verificar a conformidade das cessões recebidas e disponibilizadas pelo TRT.	Servidores cedidos a esta corte e por ela também que estejam na folha de pagamento do mês de junho/2015.	08/06/15	03/07/15	AUGUSTO
09	Auditar as averbações por tempo de serviço.	Verificar a conformidade das averbações realizadas.	As averbações realizadas no período de 01/01/15 a 30/06/15.	06/07/15	03/08/15	AUGUSTO
10	Auditar as concessões e pagamentos de auxílio pré-escolar.	Examinar a legalidade das concessões e a regularidade dos pagamentos efetuados.	As concessões e pagamentos de auxílio pré-escolar efetivados no período de 01/01/15 a 31/08/15.	04/08/15	04/09/15	AUGUSTO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO



PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA
EXERCÍCIO 2015

II - AÇÕES DE CONTROLE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	PROGRAMAÇÃO		SERVIDOR RESPONSÁVEL
				INÍCIO	FINAL	
1	Acompanhar os Procedimentos de Contratação Direta - Dispensas e Inexigibilidades de Licitação.	Verificar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade das licitações e contratos.	Processos com valores iguais ou superiores a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) autuados em 2014.	07.01.2015	30.01.2015	EDUARDO
2	Auditor a Execução dos Contratos de Terceirização de Mão-de-Obra.	Verificar a eficácia e eficiência da gestão de contratos.	Contratos de Serviços de limpeza e conservação, Aquisição de Passagens Aéreas e Serv. de admin. e Seg. de Equipamentos de Informática no exercício 2014/2015.	01.02.2015	30.11.2015	EDUARDO
3	Examinar a Adequabilidade dos Processos de Contratação de Obras de Engenharia, inclusive os respectivos Termos Aditivos.	Verificar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade das licitações e contratos. Observar o atendimento a normas do CNJ e CSJT.	Processos de elaboração de projetos e execução de obras de engenharia formalizados no exercício 2014/2015.	01.02.2015	30.11.2015	EDUARDO
4	Acompanhar os Procedimentos Relativos à Adesão de Registro de Preços.	Verificar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade das licitações e contratos.	Processos com valores iguais ou superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).	01.10.2015	30.10.2015	EDUARDO
5	Acompanhar os Procedimentos Licitatórios - Fases Interna e Externa dos Processos de Contratação, bem como os procedimentos relativos à formalização dos contratos, inclusive suas alterações e prorrogações.	Verificar a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade das licitações e contratos.	Processos de compra de bens e serviços com valores iguais a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).	02.11.2015	30.11.2015	EDUARDO



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO



**PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA
EXERCÍCIO 2015**

III - AÇÕES DE CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	PROGRAMAÇÃO		SERVIDOR RESPONSÁVEL
				INÍCIO	FINAL	
01	Acompanhar e examinar os Atos de Desfazimento de Bens Móveis.	Verificar a legalidade dos atos de desfazimento de bens móveis.	Análise dos processos autuados no exercício 2014.	01/11/15	30/11/15	CELSON
02	Auditar os Procedimentos do Processo de Inventário Anual de Material Permanente.	Verificar a eficiência e eficácia dos procedimentos internos de administração de bens permanentes.	Bens permanentes não localizados nos inventários de 2013 e 2014	01/12/15	31/12/15	CELSON
03	Auditar os Procedimentos de controle de movimentação de bens móveis em almoxarifado	Verificar a eficiência e eficácia dos procedimentos internos de movimentação de bens móveis.	Bens móveis em estoque no almoxarifado	01/06/15	15/06/15	CELSON

IV - AÇÕES DE CONTROLE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	PROGRAMAÇÃO		SERVIDOR RESPONSÁVEL
				INÍCIO	FINAL	
01	Verificar a Consistência do Relatório de Gestão Fiscal.	Verificar a consistência dos valores do Relatório de Gestão Fiscal. Observar o cumprimento dos limites de Despesa com Pessoal e Inscrição em Restos a Pagar.	Relatórios publicados no exercício. Cronograma: 3º Quadr/2014: 21/01/15 a 25/01/15; 1º Quadr/2015: 20/05/15 a 24/05/15; e 2º Quadr/15: 23/09/15 a 27/09/15.	21/01/15	27/09/15	CELSON
02	Examinar a Veracidade dos Registros no Cadastro de Rol de Responsáveis.	Zelar pela fidelidade dos períodos de responsabilidade dos administradores. Verificar o atendimento à legislação pertinente.	Registros efetuados no rol de responsáveis do SIAFI 2014.	11/03/15	03/04/14	CELSON



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA
EXERCÍCIO 2015**

03	Auditar a Gestão das Despesas Inscritas em Restos a Pagar.	Avaliar a gestão das despesas inscritas em restos a pagar. Verificar a consistência dos registros contábeis.	Despesas registradas em restos a pagar no exercício 2014.	04/04/15	30/04/13	CELSON
04	Auditar a Contabilização das Folhas de Pagamento de Pessoal.	Conciliar os valores efetivamente gastos com pessoal com os registros contabilizados como despesa com pessoal e encargos sociais.	Valores efetivamente pagos e contabilizados no exercício 2015.	02/05/15	22/05/14	CELSON
05	Auditar os Registros de Conformidade de Gestão e Contábil.	Observar a regularidade dos registros contábeis.	Registros de conformidade de gestão e contábil efetuados no exercício 2014 e 2015.	27/05/15	13/06/15	CELSON
06	Verificar a Compatibilidade dos Registros do Sistema de Almoxarifado com o SIAFI.	Assegurar que as rotinas de recebimento, aceite, escrituração e distribuição de bens móveis estejam em conformidade com a legislação pertinente. Verificar a consistência dos registros contábeis.	Exame das movimentações do almoxarifado ocorridas no exercício 2015.	01/08/15	28/08/15	CELSON
07	Auditar as Concessões e Aplicações de Suprimento de Fundos.	Verificar a regularidade da despesa oriunda de processos de suprimento de fundos. Avaliar o cumprimento dos normativos internos e do CSJT.	Processos formalizados no 1º semestre do exercício 2015.	01/09/15	27/09/15	CELSON



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA
EXERCÍCIO 2015**

V - AÇÕES COORDENADAS DE AUDITORIA – Resoluções CNJ nº 90 e 91/2009

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	PROGRAMAÇÃO		SERVIDOR RESPONSÁVEL
				INÍCIO	FINAL	
01	Tecnologia da informação	A definir	A definir	01/06/15	31/07/15	A DEFINIR

VI - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE CARÁTER CONTÍNUO

Nº	AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	PROGRAMAÇÃO		SERVIDOR RESPONSÁVEL
				INÍCIO	FINAL	
1	Remeter os Atos de Admissão, Aposentadoria e Pensão, inclusive suas revisões, ao TCU.	Atendimento, acompanhamento e controle de prazos de remessa de atos do SISAC.	Processos de admissão, aposentadoria e pensão cadastrados no SISAC em 2015.	01/01/15	31/12/15	AUGUSTO
2	Remessa de Informações Solicitadas pelo TCU, CNJ e CSJT.	Atendimento e controle de prazos de demandas oriundas do TCU, CNJ e CSJT.	Informações relativas a diligências expedidas no exercício 2015.	01/01/15	31/12/15	CELSON AUGUSTO
3	Acompanhar o Cumprimento de Determinações do TCU, CNJ e CSJT.	Atendimento, acompanhamento e controle de prazos das implementações de determinações oriundas do Tribunal de Contas da União, CNJ e CSJT.	Determinações expedidas no exercício 2014.	01/01/15	31/12/15	CELSON AUGUSTO
4	Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna.	Prestar contas à Presidência das atividades de auditoria realizadas no exercício 2013.	Relatório das atividades de auditoria interna executada no exercício 2014.	01/01/15	31/01/15	CELSON AUGUSTO EDUARDO
5	Monitoramento do Atendimento das Recomendações Expedidas nas Auditorias da SCI.	Assegurar dar eficácia às recomendações expedidas pela SCI para aprimoramento da gestão administrativa.	Recomendações expedidas nos relatórios de auditoria do exercício 2014.	01/01/15	31/12/15	CELSON AUGUSTO



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO – MA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA
EXERCÍCIO 2015**

6	Elaborar o Processo de Contas Anual a ser remetida ao TCU.	Atendimento, acompanhamento e controle de prazos de demandas oriundas do Tribunal de Contas da União.	Prestação de Contas relativa ao exercício 2014.	01/01/15	31/07/15	CELSON AUGUSTO
7	Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.	Definir o planejamento das atividades de auditoria para o exercício 2015.	Auditorias internas a serem executadas no exercício 2016.	01/10/15	31/10/15	CELSON AUGUSTO EDUARDO